

O ESTADO DE S. PAULO



6 DE AGOSTO DE 2014 R\$ 3,00 ANO 135 Nº 44122 EDIÇÃO DE OHSO

Planejamento é um dos problemas para a infraestrutura do País

Tema foi debatido por pesquisadores, autoridades públicas e empresários, na 4ª edição dos Fóruns Estadão

Álvaro Campos

Os problemas de infraestrutura do Brasil são conhecidos, mas as soluções não são tão claras e exigem tempo. Buscando contribuir com o debate, foi realizada ontem a quarta edição dos Fóruns Estadão, uma parceria com o Insper que desta vez tratou de temas como os desafios das grandes metrópoles, o impasse na matriz energética e os problemas de logística.

Um dos pontos mais abordados no debate, que reuniu empresários, pesquisadores e autoridades públicas, foi a importância do planejamento de médio e

longo prazos. Para Regina Meyer, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, o planejamento precisa ser visto como um processo, sem finalidades pontuais que se esgotam e não há continuidade.

Rovena Negreiros, diretora de planejamento da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa), ressaltou a necessidade de ser pensar São Paulo como uma metrópole, que responde por 26% do PIB do País. Segundo ela, uma das questões mais desafiadoras para o planejamento é a articulação entre os setores do governo e as diferentes esferas da administração pública.

Já o secretário de Transportes Metropolitanos de São Paulo, Jurandir Fernandes, criticou a Lei de Licitações, de 1993, quando a internet ainda era um projeto incipiente, o que faz com que os prazos para as diver-

sas etapas do processo sejam ultrapassados. “Na era da internet nós deveríamos trabalhar com prazos de horas, não dias.” Ele também defendeu punição para quem usa a lei para obter vantagens, afirmando que atualmente existe uma “indústria de recursos” contra as licitações.

Energia. Na discussão sobre a crise no setor energético brasileiro, não faltaram críticas ao governo. A Medida Provisória 579, que em 2012 alterou as regras do setor, foi apontada pelo presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, como um dos motivos que levaram à atual falta de caixa das distribuidoras, que já receberam quase R\$ 28,4 bilhões em empréstimos para conseguir pagar pela energia que estão comprando no mercado à vista.

Luiz Augusto Barroso, diretor da consultoria PSR, também criticou o processo de resolução pontual de problemas no setor nos últimos três anos, que acaba gerando novas dificuldades. Segundo ele, o modelo institucional atrai novos investimentos, mas precisa de mudanças regulatórias e de governança.

“A discussão sobre a energia precisa ser virada de ponta-ca-

beça. A opção de investir no sistema hídrico, como nos anos 60, significa insistir num modelo fadado a atrasos e a gastos acima dos previstos”, resumiu o diretor de políticas públicas do Greenpeace no Brasil, Sérgio Leitão.

No debate sobre logística, executivos do setor salientaram a necessidade de incentivo às parcerias público-privadas (PPP), reduzir o número de órgãos públicos que regulam o setor de transportes e facilitar o financiamento exclusivo para projetos específicos. “Isso ajudaria muito para que as empresas privadas possam investir mais em infraestrutura”, disse o diretor de rodovias da Odebrecht Transport, Renato Mello.

“O governo precisa reconhecer as necessidades do setor privado, que exige condições para viabilizar os projetos. As empresas entram em um empreendimento para ter retorno sobre seu capital”, disse o diretor de novos negócios da Camargo Corrêa, Roberto Deutsch.

Na sexta-feira, cobertura completa do evento Caderno Especial

Tema foi debatido por pesquisadores, autoridades públicas e empresários, na 4ª edição dos Fóruns Estadão

Por Álvaro Campos

Os problemas de infraestrutura do Brasil são conhecidos, mas as soluções não são tão claras e exigem tempo. Buscando contribuir com o debate, foi realizada ontem a quarta edição dos Fóruns Estadão, uma parceria com o Insper que desta vez tratou de temas como os desafios das grandes metrópoles, o impasse na matriz energética e os problemas de logística.

Um dos pontos mais abordados no debate, que reuniu empresários, pesquisadores e autoridades públicas, foi a importância do planejamento de médio e longo prazos. Para Regina Meyer, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, o planejamento precisa ser visto como um processo, sem finalidades pontuais que se esgotam e não há continuidade.

Rovena Negreiros, diretora de planejamento da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa), ressaltou a necessidade de ser pensar São Paulo como uma metrópole, que responde por 26% do PIB do País. Segundo ela, uma das questões mais desafiadoras para o planejamento é a articulação entre os setores do governo e as diferentes esferas da administração pública.

Já o secretário de Transportes Metropolitanos de São Paulo, Jurandir Fernandes, criticou a Lei de Licitações, de 1993, quando a internet ainda era um projeto incipiente, o que faz com que os prazos para as diversas etapas do processo sejam ultrapassados. "Na era da internet nós deveríamos trabalhar com prazos de horas, não dias." Ele também defendeu punição para quem usa a lei para obter vantagens, afirmando que atualmente existe uma "indústria de recursos" contra as licitações.

Energia. Na discussão sobre a crise no setor energético brasileiro, não faltaram críticas ao governo. A Medida Provisória 579, que em 2012 alterou as regras do setor, foi apontada pelo presidente do Instituto **Acende Brasil**, **Claudio Sales**, como um dos motivos que levaram à atual falta de caixa das distribuidoras, que já receberam quase R\$ 28,4 bilhões em empréstimos para conseguir pagar pela energia que estão comprando no mercado à vista.

Luiz Augusto Barroso, diretor da consultoria PSR, também criticou o processo de resolução pontual de problemas no setor nos últimos três anos, que acaba gerando novas dificuldades. Segundo ele, o modelo institucional atrai novos investimentos, mas precisa de mudanças regulatórias e de governança.

"A discussão sobre a energia precisa ser virada de ponta-cabeça. A opção de investir no sistema hídrico, como nos anos 60, significa insistir num modelo fadado a atrasos e a gastos acima dos previstos", resumiu o diretor de políticas públicas do Greenpeace no Brasil, Sérgio Leitão.

No debate sobre logística, executivos do setor salientaram a necessidade de incentivo às parcerias público-privadas (PPP), reduzir o número de órgãos públicos que regulam o setor de transportes e facilitar o financiamento exclusivo para projetos específicos. "Isso ajudaria muito para que as empresas privadas possam investir mais em infraestrutura", disse o diretor de rodovias da Odebrecht TransPort, Renato Mello.

"O governo precisa reconhecer as necessidades do setor privado, que exige condições para viabilizar os projetos. As empresas entram em um empreendimento para ter retorno sobre seu capital", disse o diretor de novos negócios da Camargo Corrêa, Roberto Deutsch.